



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO
ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO



Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-ec7d02f9229

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 012/2024.

INEXEGIBILIDADE Nº 002/2024.

CONTRATO DE Nº 008/2024.

OBJETO: Prestação de serviços jurídicos especializados na área do direito público, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica visando a revisão, atualização e reestruturação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, de acordo as condições e especificações constantes no processo de INEXEGIBILIDADE DE Nº002/2024, e nos termos da lei 14.133/21

CONTRATADA: EMPRESA HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

COMPETENCIA-ABRIL /2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA.

Em conformidade com a Lei Federal de nº 14.133/21, IN 040/22 e Decreto Legislativo, publicado no Diário desta Câmara, o presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de Planejamento e apresenta os devidos critérios para a contratação da solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

Tendo por objetivo principal demonstrar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

IDENTIFICAÇÃO DA AREA REQUISITANTE.	
ÓRGÃO REQUISITANTE-CAMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO.	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA- NEMILTON DOS SANTOS FILHO-PRESIDENTE DA CAMARA	
PREVISÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.	
ÓRGÃO.	12-CAMARA MUNICIPAL
UNIDADE ORÇAMENTARIA.	1201-CAMARA MUNICIPAL
PROJETO\ATIVIDADE	2.105
ELEMENTO DESPESA	3.3.90.39/3.3.90.39
FONTE	15000
DATA:28 DE MARÇO DE 2024	
IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA.	
Considerando os princípios da legalidade, planejamento, celeridade, transparência, economicidade, razoabilidade e do interesse público, no que diz respeito a necessidade da contratação de serviços jurídicos especializados na área pública, com um corpo jurídico especializado na área do direito público (gestão pública legislativa), para a prestação dos serviços de assessoria e suporte técnico-jurídico para a execução dos serviços de revisão e atualização do texto da Lei Orgânica e a revisão e atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal.	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO.	
I-A contratação de um escritório com um corpo jurídico especializado na área do direito público (gestão pública legislativa), justifica-se devido a necessidade da prestação dos serviços de assessoria e suporte técnico-jurídico para a execução dos serviços de revisão e atualização do texto da Lei Orgânica e a revisão e atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal. Os serviços serão prestados de acordo as condições e especificações constantes neste instrumento e na lei 14.133/21. II A contratada deverá ter em seu quadro de funcionários advogado especializado e com expertise na área do direito público, para realização dos serviços solicitados. III A contratada deverá orientar através de suporte técnico jurídico à Câmara de Barro Preto, no que tange a adequação de suas normas legais à Constituição, e demais instrumentos legais atinentes a matéria. Orientando na revisão e atualização do Regimento Interno, consistente em: a) Análise da sua constitucionalidade e legalidade e eventuais mudanças. b) Emissão de Parecer contendo a análise e proposta de revisão geral do regimento interno, para acompanhamento da Procuradoria Jurídica, contendo as alterações sugeridas. c) Explanação dos trabalhos, duvidas e esclarecimentos junto aos vereadores, servidores e assessores, visando a identificação de erros e inconsistências de natureza logica e/ ou jurídica.	





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

IV- A contratada deverá realizar capacitação, auditoria, exame, consultoria e cooperação técnica jurídica, durante a atualização do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, visando alcançar um conjunto de aperfeiçoamentos dos procedimentos inerentes aos trabalhos legislativos, do que tange a Câmara Municipal de Barro Preto, aos órgãos que a integram, ao exercício da vereança, a renumeração dos servidores, a tramitação das proposições, as sessões, às discussões e deliberações, dentre outros.

V A contratada deverá prestar o suporte técnico jurídico, também com a elaboração de minutas dos atos administrativos necessários, com capacitação dos técnicos que irão analisar os processos, bem como emissão de minutas de pareceres técnicos, atas, e demais atos que necessitem para auxiliar a Câmara Municipal de Barro Preto em toda a sua estruturação para a atualização e REVISÃO DO SEU REGIMENTO INTERNO, da seguinte forma:

- a) - Análise do atual Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, visando identificar erros formais ou ortográficos, bem como a permanência ou retirada (revogação) dos atuais dispositivos legais (artigos, incisos, parágrafos, alíneas), apresentando diagnóstico jurídico constitucional/inconstitucional escrito do atual regimento interno;
- b) Elaboração de relatórios contemplando pontos de melhoria do Regimento Interno, com a finalidade de subsidiar proposta e/ou projeto de revisão, de forma a atender à demanda institucional.
- c) Participação em reuniões com os membros da Câmara para fins de conhecimento das principais pautas de alteração, bem como, identificação de questões técnicas conflitantes com o dia-dia de trabalho, com o auxílio da Procuradoria Jurídica para instalação e andamento dos trabalhos.
- d) Apresentação de nova minuta do Regimento Interno (RI) ao Corpo Técnico da Câmara e ao Presidente para estudo e análise sobre legislação federal, estadual e municipal, atinentes aos dispositivos legais, de presença necessária ao texto normativo local.
- e) Leitura, discussão e interpretação de todos os artigos constantes do Regimento Interno, pós revisão.

VI Elaboração de Projeto Final de Resolução Legislativa do REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, com a participação direta dos vereadores, do corpo legislativo, e da Procuradoria Jurídica, até a aprovação do Projeto.

VII A conclusão dos serviços será após a aprovação, entrega e formatado e paginado em "Microsoft Office Word" em condição de impressão e conversão ao formato "PDF".

VIII Os serviços serão realizados por etapas, de acordo ao cronograma a seguir:

- a) Coleta e Análise do atual Regimento Interno (RI) (em 30 (trinta) dias após assinatura do contrato).
- b) Reuniões e sugestões de alteração do RI (em 60 (sessenta) dias após assinatura do contrato).
- c) Projeto Final de Atualização do Regimento Interno (90 (noventa) dias após assinatura do contrato).

IX- Os serviços serão prestados através de 01 (uma) visita quinzenal, ou conforme a necessidade, na sede da Câmara e de assistência diária (e-mail, WhatsApp, sms, celular etc), em tempo integral, para efeito de assessoria e consultoria contínuas, por meio de contatos diretos com os agentes públicos do Contratante;

2.0 pagamento será parcelado, após o cumprimento e entrega das etapas, mediante apresentação de Relatório e Nota Fiscal em até 10 (dez) dias, após a apresentação.

3. Os serviços objeto deste instrumento são considerados comuns, de acordo ao inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133/2021.

4. O regime de execução do objeto deste instrumento será empreitado por preço unitário.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA.

Nenilton dos Santos Filho
Presidente da Câmara Municipal

NENILTON DOS SANTOS FILHO.
Presidente da Câmara Municipal.





AO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO - BAHIA

DOUTO PRESIDENTE NEMILTON DOS SANTOS FILHO

PROPONENTE: HÚRYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA— CNPJ N° 39.585.759/0001-19

PROPOSTA DE PREÇOS / PROPOSTA TÉCNICA Assessoria e Consultoria

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA PROMOVER O ASSESSORAMENTO E A CONSULTORIA JURÍDICA NA REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO - BA.

APRESENTAÇÃO

HÚRYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA— CNPJ N° 39.585.759/0001-19 - é uma pessoa jurídica que oferece consultoria, assessoria e suporte técnico-jurídico para execução de serviços de revisão e atualização de texto de Lei Orgânica e revisão e atualização de Regimento Interno de Câmara Municipal. O principal objetivo da HÚRYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA é oferecer suporte jurídico de qualidade aos Municípios/Câmaras no que tange a adequação de suas normas legais à Constituição e demais instrumentos legais atinentes à matéria. No caso em tela, a proposta ora encaminhada visa a Revisão e atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, consistente em:

- a) análise da sua constitucionalidade e legalidade e eventuais mudanças;
- b) emissão de parecer contendo a análise e proposta de revisão geral do regimento interno para acompanhamento da Procuradoria Jurídica da Casa, contendo as alterações sugeridas.
- c) explanação dos trabalhos, dúvidas e esclarecimentos junto aos vereadores, servidores e assessores, com o objetivo de identificar erros e inconsistências de natureza lógica e/ou jurídica.

A HÚRYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA designa como responsáveis técnicos para execução dos serviços descritos nessa proposta: o Dr. HURYCK MARINHO SIMÕES (OAB/BA



45194) que possui vasta experiência na área, e o DR. RAFAEL FREIRE FERREIRA (OAB/BA 30.337), tendo vasta experiência em Direito Público, sendo mestre e especialista (Pós-Graduado) na área e já tendo atuado como redator da Lei Orgânica do Município em questão.

PLANO DE TRABALHO

A presente proposta visa a contratação de prestação de serviços especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica (gestão pública legislativa) para capacitação, auditoria, exame, consultoria e cooperação técnica jurídica na atualização do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Barro Preto. O trabalho/contratação dar-se-á por tempo determinado no prazo máximo de 90 dias após a assinatura do contrato, tempo suficiente para atender à necessidade de interesse público da Casa Legislativa. Nesse sentido, a proposta de atualização do regimento interno visa, sobretudo, promover um conjunto de aperfeiçoamentos dos procedimentos inerentes aos trabalhos legislativos no que tange a Câmara Municipal em si, aos órgãos que a integram, ao exercício da vereança, a renumeração dos servidores, à tramitação das proposições, às sessões, às discussões e deliberações, dentre outros.

METODOLOGIA DE TRABALHO.

A HÚRYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA oferecerá total assessoria e consultoria jurídica à Câmara Municipal para adequação necessária para o bom desenvolvimento e celeridade dos trabalhos. Este "suporte" será composto com minutas dos Atos Administrativos necessários, capacitação aos técnicos que irão analisar os processos, bem como minutas de pareceres técnicos, atas etc. A HÚRYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA por meio da expertise do Advogado Responsável irá auxiliar a Câmara em toda a sua estruturação para a atualização e Revisão do Regimento Interno, consistente em:

1 - Análise do atual Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, visando identificar erros formais ou ortográficos, bem como a permanência ou retirada (revogação) dos atuais dispositivos legais (artigos, incisos, parágrafos, alíneas), apresentando diagnóstico jurídico constitucional/inconstitucional escrito do atual regimento interno;

1.1 — Elaborar relatório contemplando pontos de melhoria do Regimento Interno, com a finalidade de subsidiar proposta e/ou projeto de revisão, de forma a atender à demanda institucional.



2— Participar de reunião com os membros da Câmara para fins de conhecimento das principais pautas de alteração, bem como, identificação de questões técnicas conflitantes com o dia-dia de trabalho, com o auxílio da Procuradoria Jurídica para instalação e andamento dos trabalhos.

3 - Apresentação de nova minuta do Regimento Interno (RI) ao Corpo Técnico da Câmara e ao Presidente para estudo e análise sobre legislação federal, estadual e municipal, atinentes aos dispositivos legais, de presença necessária ao texto normativo local.

4 - Leitura, discussão e interpretação de todos os artigos constantes do Regimento Interno, pós revisão.

5 - Cessão ao Poder Legislativo municipal dos direitos autorais e qualquer outro direito de propriedade intelectual sobre os trabalhos e documentos produzidos, nos termos e limites da Lei Federal n. 8.666/93 e de acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.610/98.

6 - Elaboração de Projeto Final de Resolução Legislativa do REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, com a participação direta dos vereadores, do corpo legislativo, e da Procuradoria Jurídica, até a aprovação do Projeto. O serviço será, após a aprovação, entregue formatado e paginado em "Microsoft Office Word " em condição de impressão e conversão ao formato "PDF".

PRAZO DE EXECUÇÃO

O trabalho que será realizado pela HÚRYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA é todo o desenvolvimento técnico e documental necessário para a consecução do objeto supracitado. O tempo de execução da Assessoria e Consultoria é contínuo. A seguir uma tabela de cronograma para a execução técnica dos serviços correspondentes:

Mês 1 Coleta e Análise do atual Regimento Interno (RI)

Mês 2 Reuniões e sugestões de alteração do RI

Mês 3 Projeto Final de Atualização do Regimento Interno

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO A HÚRYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, através do seu responsável técnico, possui evidente qualificação técnica e notória especialização em Direito Público, ramo do direito correspondente ao Objeto em testilha. Para tanto, junta Comprovação de Especialização em Direito Público, e Atestados de Capacidade Técnica.

PROPOSTA FINANCEIRA

O objeto da Inexigibilidade de Licitação é: **CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO PARA PROMOVER O**



ASSESSORAMENTO E A CONSULTORIA JURÍDICA NA REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO/BA. O Valor a ser pago pela prestação dos serviços ora propostos será de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais reais), sendo pago na seguinte proporção: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) no ato de assinatura do contrato; R\$ 7.000,00 (nove mil reais) após 30 dias de assinatura do contrato; R\$ 7.000,00 (nove mil reais) com a entrega do trabalho final.

- a) Prazo de execução: 03 (três) meses;
- b) Valor Global da contratação: R\$ 22.000,00 (vinte dois mil reais)
- c) Os serviços serão prestados através de 01 (uma) visita quinzenal, ou conforme a necessidade, na sede da Câmara e de assistência diária (e-mail, WhatsApp, sms, celular etc), em tempo integral, para efeito de assessoria e consultoria contínuas, por meio de contatos diretos com os agentes públicos do Contratante;
- d) O prazo de validade da proposta de preços é de 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento pela Comissão de Licitação;
- e) Nos preços apresentados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto da Inexigibilidade em tela.

Barro Preto – BA, 08 de abril de 2024.

Atenciosamente,



HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO **ESTADO DA BAHIA**

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

TERMO DE REFERENCIA. **LEI 14.133/2021**

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1 O presente termo visa estabelecer parâmetros e especificações técnicas visando a Contratação de serviços jurídicos especializados na área do direito público, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica visando a revisão, atualização e reestruturação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, de acordo as condições e especificações constantes no termo de Referência, proposta de preço, neste instrumento e nos termos da lei 14.133/21.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Documento de Formalização de Demanda, e no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21.

1.3 O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2024, contados a partir da data de assinatura do futuro contrato, na forma do art. 105, da Lei 14.133/21.

1.4 O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

Considerando os princípios da legalidade, planejamento, celeridade, transparência, economicidade, razoabilidade e do interesse público, no que diz respeito a necessidade da contratação de serviços jurídicos especializados na área pública, com um corpo jurídico especializado na área do direito público (gestão pública legislativa), para a prestação dos serviços de assessoria e suporte técnico-jurídico para a execução dos serviços de revisão e atualização do texto da Lei Orgânica e a revisão e atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal.

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CLICO DE VIDA DO OBJETO E DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO.

I-A contratação de um escritório com um corpo jurídico especializado na área do direito público (gestão pública legislativa), justifica-se devido a necessidade da prestação dos serviços de assessoria e suporte técnico-jurídico para a execução dos serviços de revisão e atualização do texto da Lei Orgânica e a revisão e atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal. Os serviços serão prestados de acordo as condições e especificações constantes neste instrumento e na lei 14.133/21.

II A contratada deverá ter em seu quadro de funcionários advogado especializado e com expertise na área do direito público, para realização dos serviços solicitados.

III A contratada deverá orientar através de suporte técnico jurídico à Câmara de Barro Preto, no que tange a adequação de suas normas legais à Constituição, e demais instrumentos legais atinentes a matéria. Orientando na revisão e atualização do Regimento Interno, consistente em:

- a) Analise da sua constitucionalidade e legalidade e eventuais mudanças.
- b) Emissão de Parecer contendo a análise e proposta de revisão geral do regimento interno, para acompanhamento da Procuradoria Jurídica, contendo as alterações sugeridas.
- c) Explanação dos trabalhos, duvidas e esclarecimentos junto aos vereadores, servidores e assessores, visando a identificação de erros e inconsistências de natureza logica e/ ou jurídica.

IV- A contratada deverá realizar capacitação, auditoria, exame, consultoria e cooperação técnica jurídica, durante a atualização do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, visando alcançar um conjunto de aperfeiçoamentos dos procedimentos inerentes aos trabalhos legislativos, do que tange a Câmara





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO **ESTADO DA BAHIA**

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

Municipal de Barro Preto, aos órgãos que a integram, ao exercício da vereança, a renumeração dos servidores, a tramitação das proposições, as sessões, às discussões e deliberações, dentre outros.

V A contratada deverá prestar o suporte técnico jurídico, também com a elaboração de minutas dos atos administrativos necessários, com capacitação dos técnicos que irão analisar os processos, bem como emissão de minutas de pareceres técnicos, atas, e demais atos que necessitem para auxiliar a Câmara Municipal de Barro Preto em toda a sua estruturação para a atualização e REVISÃO DO SEU REGIMENTO INTERNO, da seguinte forma:

- a) - Análise do atual Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, visando identificar erros formais ou ortográficos, bem como a permanência ou retirada (revogação) dos atuais dispositivos legais (artigos, incisos, parágrafos, alíneas), apresentando diagnóstico jurídico constitucional/inconstitucional escrito do atual regimento interno;
 - b) Elaboração de relatórios contemplando pontos de melhoria do Regimento Interno, com a finalidade de subsidiar proposta e/ou projeto de revisão, de forma a atender à demanda institucional.
 - c) Participação em reuniões com os membros da Câmara para fins de conhecimento das principais pautas de alteração, bem como, identificação de questões técnicas conflitantes com o dia-dia de trabalho, com o auxílio da Procuradoria Jurídica para instalação e andamento dos trabalhos.
 - d) Apresentação de nova minuta do Regimento Interno (RI) ao Corpo Técnico da Câmara e ao Presidente para estudo e análise sobre legislação federal, estadual e municipal, atinentes aos dispositivos legais, de presença necessária ao texto normativo local.
 - e) Leitura, discussão e interpretação de todos os artigos constantes do Regimento Interno, pós revisão.
- VI Elaboração de Projeto Final de Resolução Legislativa do REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, com a participação direta dos vereadores, do corpo legislativo, e da Procuradoria Jurídica, até a aprovação do Projeto.

VII A conclusão dos serviços será após a aprovação, entrega e formatado e paginado em "Microsoft Office Word" em condição de impressão e conversão ao formato "PDF".

VIII Os serviços serão realizados por etapas, de acordo ao cronograma a seguir:

- a) Coleta e Análise do atual Regimento Interno (RI) (em 30 (trinta) dias após assinatura do contrato).
- b) Reuniões e sugestões de alteração do RI (em 60 (sessenta) dias após assinatura do contrato).
- c) Projeto Final de Atualização do Regimento Interno (90 (noventa) dias após assinatura do contrato).

IX- Os serviços serão prestados através de 01 (uma) visita quinzenal, ou conforme a necessidade, na sede da Câmara e de assistência diária (e-mail, WhatsApp, sms, celular etc), em tempo integral, para efeito de assessoria e consultoria contínuas, por meio de contatos diretos com os agentes públicos do Contratante;

5. DA SUBCONTRATAÇÃO.

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO.

6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

7.1 Condições de execução.

7.1.a O início da execução do objeto será a partir da data de assinatura do contrato.

7.1.b A empresa contratada deverá atender os requisitos, e condições estipuladas no Documento de Formalização de Demanda e neste Termo de Referência durante a execução do objeto:

7.1.c A empresa prestadora dos serviços deverá estar apta a prestar os serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

7.2 LOCAL E HORARIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.2.1 A contratada deverá encaminhar um advogado que preencha os requisitos estipulados no item 04 deste Termo de Referência, o mesmo deverá fazer-se presente na sede da Câmara Municipal, sempre que necessário, sem qualquer ônus para a contratante.

7.2.2 A contratante deverá ser informada através de notificação escrita ou via e-mail, em caso de fato superveniente a contratada necessidade de mais tempo do que o já estipulado neste Termo de Referência para a entrega do que lhe foi solicitado.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO.

Rua Deputado Paulo Nunes, nº 61 - Centro - Fone/Fax: (73) 3249-1133 - CNPJ nº 15.028.871/0001-90
BARRO PRETO - BAHIA CEP: 45.625-000 E-mail: www.camarabarropreto.ba.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO **ESTADO DA BAHIA**

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme art.117, da Lei 14.133 de 2021 e no Decreto de nº 11.246, de 2022, art.VI.

8.6 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, em conformidade a Lei 14.133, de 2021, art.117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art.22, inciso II.

8.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art.22, inciso III)

8.8 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

8.9 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.10 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art.22, inciso VII).

8.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21,

8.12 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.13 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.14 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.15 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.16 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.17 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.18 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.19 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.20 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.21 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusado pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9. CRITERIOS DE AVALIAÇÃO; DO PRAZO; DA FORMA DE PAGAMENTO E DA CESSÃO DE CRÉDITO.

9.1 A avaliação da qualidade na execução da prestação dos serviços realizados, para fins de pagamento considerara o cumprimento das exigências e condições estipuladas neste Termo de Referência e o dispostos nos seguintes itens.

I) Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados.
- b) Deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas.
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

9.2 DO PRAZO:

I. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da lei.

II No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre termo final de prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária adequado para o objeto em questão.

9.3 DA FORMA:

I.O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

II. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

III. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

IV. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

VO contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.4 DA SESSÃO DE CRÉDITO.

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

IIAs cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

IIIA eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

IVSem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

VO crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

VIA cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

10.DO RECEBIMENTO

10.1. Os serviços serão recebidos e fiscalizados pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

10.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento.

10.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

10.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.FORMA E CRITERIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS:

1.1 Forma e Critérios de escolha do prestador dos serviços solicitados, será através de pesquisa e análise de documentação de empresa que cumpra os requisitos para a execução dos serviços estipulados no Documento de Formalização de Demanda e no item 04 deste Termo de Referência.

I. Após a análise do **Documento de Formalização da Demanda**, principalmente nos itens **Identificação da Demanda; Solução como um todo** e dos **Requisitos de Contratação**, considerando a natureza do objeto, a contratação será **DIRETA-por meio de INEXEGIBILIDADE**, com fundamento e conformidade com o art.74, inciso III da Lei 14.133/2021., e suas alterações.

11.2 EXIGENCIAS DE HABILITAÇÃO.

11.2. Para fins de habilitação, deverá a contratada comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1 Habilitação jurídica

I. Apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos.





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

11.3.2 Qualificação Técnica a ser comprovada através da apresentação do seguinte documento:

a) Atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove aptidão para execução do objeto desta contratação em características compatíveis.

a.1) No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física.

b) Comprovação de que possui em seu quadro de funcionários advogado.

11.3.3. Regularidade Fiscal; Social e Trabalhista a será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual mediante apresentação de certidão negativa emitida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão negativa do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.3.4 Qualificação Econômica Financeira a ser comprovada mediante a apresentação do seguinte documento:

a) Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Comprovação de que seu preço apresentado e oferta em proposta de preço, estão compatível com seus serviços praticados em outros Órgãos.

11.3.5. Declaração, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.4 DA PROPOSTA DE PREÇO:

11.4.1 A proposta de preços deverá estar em original, digitada apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada e assinada na última folha e preferencialmente rubricadas as demais, pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário.

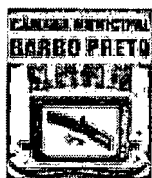
11.4.2 A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, de acordo com as exigências constantes deste instrumento e seus anexos, não se admitindo propostas alternativas.

11.4.3. Apresentar o preço por item e valor total para a quantidade demandada, conforme Anexo I- Modelo de Proposta de Preço, em moeda corrente do País com duas casas decimais. A proponente deverá observar a sequência numérica e as especificações dos itens.

11.4.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento conforme termo de referência, não devendo por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das Notas Fiscais.

11.4.5 Não serão aceitas propostas com preços manifestadamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não demonstrem sua viabilidade através de documentação comprobatória de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

11.4.6. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

11.4.7. Na proposta apresentada deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para execução perfeita do objeto, tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto.

11.4.8 Para efeito de levantamento dos custos dos serviços na elaboração da proposta, devem ser observadas as determinações específicas apresentadas no Termo de Referência.

11.4.9 A proposta de preços terá prazo de validade até 60(sessenta) dias, facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

11.4.10. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

12 CONTRATADA:

12.1 A contratada para execução dos serviços solicitados será a empresa **HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de Direto Privado, inscrita com o CNPJ de nº 39.585.759/0001-19, com sede na Avenida Joel Vasconcelos-384-Centro-Gongogi,Bahia,representada pelo advogado Huryck Marinho Simões portador do OAB/BA de nº 45.194 e uma vez que, a empresa cumpre todos os requisitos e condições estabelecidos e estipuladas no **Documento de Formalização de Demanda** e neste Termo de Referência, conforme documentação apresentada pela empresa em anexo.

12.2. No valor apresentado em sua proposta de preço, estão compatíveis com os seus serviços praticados em outros órgãos.

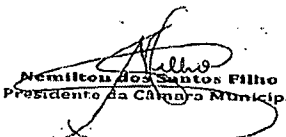
12.3 O valor global acordado entre contratante e contratada será o valor global de **R\$22.000,00** (vinte dois mil reais), sendo pago parceladamente de acordo a conclusão das etapas especificada. Conforme valor unitário e quantitativo especificado no subitem 1.2, deste instrumento.

13.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento/Despesa	Fonte
Câmara Municipal de Vereadores	2.005	33.90.39/33.90.35	15000

ENCAMINHA-SE, ao órgão responsável, para análise da documentação apresentada pela empresa HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, visando Prestação de serviços jurídicos especializados na área do direito público, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica visando a revisão, atualização e reestruturação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, de acordo as condições e especificações constantes no termo de Referência e nos termos da lei 14.133/2, através de CONTRATAÇÃO DIRETA-INEXEGIBILIDADE.

Barro Preto, 29 de março de 2024.


Nemilton dos Santos Filho
Presidente da Câmara Municipal

NEMILTON DOS SANTOS FILHO.
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO



Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://e.ccm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-ec7d02ff9229

ATA DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DE ANÁLISE E JULGAMENTO

Aos 04 dias do mês de abril de 2024, às 08:15hmin, reunira-se na sala de licitação, situada no Prédio da Câmara Municipal, localizada na Rua Deputado Nunes-61-Centro-Barro Preto/Bahia, a Comissão de Contratação, designada pela Portaria, publicada no Diário Oficial da Câmara, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e procedimentos auxiliares, conforme disposto no art. 7º da lei Federal de nº 14.133/2021, sobre a coordenação da senhora Valda de Jesus Moura dos Santos (agente de contratação), Alain Andrade Rocha (equipe de apoio), Francisco Cardoso da Silva (equipe de apoio), para análise e julgamento da documentação, visando a Contratação da empresa **HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de Direto Privado, inscrita com o CNPJ de nº 39.585.759/0001-19, com sede na AV Joel Vasconcelos 384-Centro-Gongogi-BA, através de CONTRATAÇÃO DIRETA-INEXIGIBILIDADE, **objetivando a Prestação de serviços jurídicos especializados na área do direito público, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica visando a revisão, atualização e reestruturação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto,** nas condições e especificações estabelecidas no Documento de Oficialização de Demanda e no Termo de Referência em anexo e conforme aos disposto no art.74, inciso III da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

Foram encaminhados a esta Comissão aos seguintes documentos:

1. Documento de Formalização de Demanda.
2. Termo de Referência.
4. Proposta de Preço.
5. Documentação de Habilitação.

Dando seguimento aos trabalhos, foi analisado a documentação apresentada pela empresa **HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de Direto Privado, inscrita com o CNPJ de nº 39.585.759/0001-19, com sede na Avenida Joel Vasconcelos 384-Centro-Gongogi-BA, ficou constatado que a empresa cumpriu com todos os requisitos e condições estabelecidos e estipulados Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência, para a realização da contratação. Apresentando toda a documentação referente a Habilitação determinada no item 11 do Termo de Referência, bem como no que determina o item 12 do Termo de Referência referente a apresentação da Proposta de Preço.

Mediante ao exposto, esta COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, instaura e atua o Processo Administrativo de nº012/2024, tendo por OBJETO: a Contratação da empresa **HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de Direto Privado, inscrita com o CNPJ de nº 39.585.759/0001-19, com sede na Aenida Joel Vasconcelos 384-Centro-Gongogi-BA, para a execução de Prestação de serviços jurídicos especializados na área do direito público, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica visando a revisão, atualização e reestruturação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, de acordo as condições especificados e estabelecidos no Documento de Oficialização de Demanda e no Termo de



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

Referência em anexo, a contratação será DIRETA-INEXIGIBILIDADE DE Nº002/2024, em conforme aos disposto no art.74, inciso III da Lei 14.133/2021, e suas alterações.

O valor global para a contratação será de **R\$22.000,00** (vinte e dois mil reais), durante o período de 90 (noventa) dias, a contar a partir da data de assinatura do futuro contrato.

A forma de realização, aceitação dos serviços; obrigações da contratante e da contratada, forma de pagamento e demais critérios permanecem os estipulados no Termo de Referência, em anexo.

Sem mais a acrescentar em acordo com sua equipe de apoio, solicitou a senhora Valda de Jesus M. dos Santos o encerramento desta reunião às 09:01hmin.

Encaminha-se ao Departamento Jurídico, para análise e elaboração de Parecer Jurídico Processo Administrativo de nº **012/2024**, **INEXIGIBILIDADE DE Nº002/2024**, composto por toda a documentação encaminha a este setor juntamente com MINUTA DE CONTRATO, visando o controle prévio da legalidade da contratação solicitada, conforme determina o art.53 da lei 14.133/21

Barro Preto, 04 de abril de 2024.

Valda de Jesus M. dos Santos.
Agente de Contratação.





ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Húryck Simões Sociedade Individual de Advocacia

Pelo presente instrumento particular, Húryck Marinho Simões, brasileiro, casado, domiciliado e residente na Av. Joel Vasconcelos, 384, 1º andar, Centro, Gongogi – Bahia, CEP: 45540-000, advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 45194 BA e no CPF sob Nº 960.402.205-97, constitui uma Sociedade Individual de Advocacia, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I RAZÃO SOCIAL E SEDE

Cláusula 1ª – A razão social adotada é Húryck Simões Sociedade Individual de Advocacia e rege-se pelo Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906 de 04 de julho de 1994, com as alterações da Lei n. 13.247 de 12 de janeiro de 2016), seu Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina, Provimentos e Resoluções expedidos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 1º. A Sociedade tem sede na cidade de Gongogi, Estado da Bahia, à Av. Joel Vasconcelos, 384, 1º andar, Centro, CEP: 45540-000, e-mail: huryck@hotmail.com

Parágrafo 2º. Poderão ser abertas filiais respeitadas as normas da Ordem dos advogados do Brasil, estando o titular obrigado à inscrição suplementar.

CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL

Clausula 2ª - A sociedade tem por objetivo disciplinar o expediente e os resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de consultoria jurídica e advocacia, seja por seu sócio, seja pelos advogados que a ela se integrem mediante vínculo empregatício ou contrato de associação.

CAPÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 3ª – O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente.

AVEBADO 11
18, 09. 2020



CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE DO TITULAR

Cláusula 4ª – Além da Sociedade, o titular responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão, no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo único. As obrigações não oriundas de danos causados aos clientes, por ação ou omissão, no exercício da advocacia, devem receber o tratamento previsto no Código Civil.

CAPÍTULO V DA REPRESENTAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 5ª – A administração cabe ao titular acima qualificado Húryck Marinho Simões, que poderá usar o título de Administrador, e representará a Sociedade em todos os atos de gestão necessários e, também, ativa ou passivamente em Juízo ou fora dele bem como junto aos órgãos públicos, federais, estaduais, municipais e instituições financeiras, podendo assinar quaisquer documentos, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, constituir procurador(es) ad negotia, com poderes determinados e tempo certo de mandato.

Parágrafo único. Dentro dos limites estabelecidos na legislação do imposto de renda, o titular poderá ter retiradas mensais a título de pró-labore, cujos valores serão levados à conta de despesas gerais da Sociedade.

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADO SOCIAIS

Cláusula 6ª – O exercício social coincide com o ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á o balanço geral da Sociedade para apuração dos resultados e dos prejuízos, atribuindo-se ao titular o que for apurado.

Parágrafo único. A Sociedade poderá apresentar balanços mensais e distribuir os resultados a cada mês ou nos períodos que o titular decidir.

CAPÍTULO VII DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE, MORTE DO TITULAR E OUTROS EVENTOS

Cláusula 7ª – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

RECEBIDO EM
18 09 2020



Cláusula 8ª – Nas hipóteses de falecimento, exclusão dos quadros da OAB ou diante da incompatibilidade definitiva do titular, a Sociedade estará dissolvida.

CAPÍTULO VIII

FORO CONTRATUAL

Cláusula 9ª – Fica eleito o foro da cidade de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

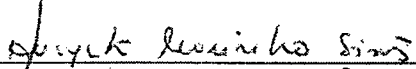
CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

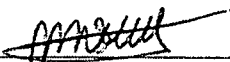
Cláusula 10ª – O titular declara que não exerce cargo ou ofício público que origine impedimento ou incompatibilidade indicado no Estatuto da OAB e que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei impedindo-o de participar de sociedades.

Cláusula 11. – Declara, outrossim, não participar de outra sociedade de advogados, não ter constituído mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, nem integrar, simultaneamente, sociedade de advogados e sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial desta Seccional.

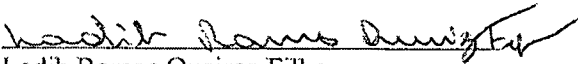
O titular assina o presente instrumento, em (04) vias. Gongogi, 11 de março de 2020



HURYCK MARINHO SIMÕES
OAB 45194 BA



Manoel Marinho dos Santos Neto
CPF: 017.924.325-00



Ladib Ramos Queiroz Filho
CPF: 008.122.295-50

6
AVERBADO EM
18, 09, 2020
OAB - BA



O presente instrumento de contrato pre-
mitivo sob nº 5368/2020
foi AVERBADO, nesta data, às fls. 139 a 141
do Livro nº 239-A
da Secretaria de Registro de Sociedades de Advogados, desta Seção de
OAB/BA, conforme decisão exarada em 18/09/2020


Ricardo de Almeida Dantas

OAB-BA 10238



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Gongogi-Ba
Setor de Licitação e Contratos
CNPJ: 14.235.045/0001-93



CONTRATO N.º 43/2019.

INEXIGIBILIDADE – IL: IL 01/2019.
Processo Administrativo, n. 030/2019.

CONTRATO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE GONGOGI – BAHIA, E, DO OUTRO LADO, A PESSOA FÍSICA DE HURYCH MARINHO SIMÕES, inscrita na OAB/BA, 45.194.

O MUNICÍPIO DE GONGOGI – BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF. 14.235.045/0001-93, com sede administrativa na Rua Dom Eduardo Herberóides, nº 17, Centro, na Cidade de Gongogi – Bahia, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. EDVALDO DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade de RG nº. 03565455-05 – SSP/BA, inscrito no CPF/MF. 636.514.455-04, residente e domiciliado à Rua Carlos Gomes, 23 – Centro, Gongogi – Bahia, e, do outorgado, doravante designado CONTRATANTE, e a Pessoa Física: HURYCH MARINHO SIMÕES, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil OAB/BA 45.194, inscrita no CPF: 980.402.205-97 e RG nº 08441214-93 – SSP/BA, com endereço na Av. Princesa Isabel, 395 – edifício Nabuna Trade Center, 9º Andar, sala 901, Itabuna Bahia, doravante denominado CONTRATADO, com base na Licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE N.º IL-01/2019, e disposições da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Contrato para a execução de serviços advocatícios. Conforme especificações e condições, constantes no Edital e seus anexos, a presente Inexigibilidade autorizada pelo despacho constante do Processo Administrativo Nº 030/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato tem como fundamento legal o processo de Inexigibilidade IL, lançado na Prefeitura Municipal de Gongogi, sob nº IL-01-2019, pelo qual foi escolhida a proposta apresentada pelo CONTRATADO, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

II-CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Constitui objeto conforme especificações e condições, contratação de Pessoa Física para execução de serviços advocatícios especializado de assessoria Jurídica administrativa, junto às diversas secretarias desta municipalidade, no monitoramento, acompanhamento e defesa dos processos de interesse a esta municipalidade, nas instâncias Municipal, Estadual e Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O regime de execução deste contrato de prestação de serviços por preço global.
Rua Dom Eduardo Herberóides, nº 17 – Centro – CEP 45.549-000 – Gongogi – Bahia
Site: www.gongogi.ba.gov.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: C2IAFP3FYOOHHH8LZFT5W

Esta certificação encontra-se no site: www.gongogi.ba.gov.br em servidor certificado ICP-BRASIL



Be informed: www.southcoast.com or 1-800-368-2262



Downloaded from <http://ajphaphapublications.org/> at 07/22/2016

Parâmetro: Grau. A variação do valor centraliza para fazer face ao retorno de preços praticado no mercado externo, as alterações, correspondentes, de preços praticados internamente das empresas de pagamento pela produção. Assim como o aumento de preços representados internamente em função do valor corrigido não necessariamente acarreta de mesmo aumento, ser registrado por simples ajuste, dependendo a modificação adequada.

a) Ocorrência e CONTRATO de sua espécie, natureza, grau de ocorrência, natureza, grau de ocorrência, natureza, grau de ocorrência.

As pretensões e a execução das obrigações decorrentes da CONTRATAÇÃO, abrangendo o Imposto Sobre Produtos de Consumo de 1992 - (CICP).

o Assumir a responsabilidade pelas atividades de seus funcionários ou prepostos exercidas no âmbito desta função, incluindo, por exemplo, reclamações trabalhistas, previdenciárias e civis;

c) ~~Специализированный, предназначенный, в частности, для работы с персональными данными, с целью~~

o desenvolvimento das atividades de ensino, em consonância com as diretrizes curriculares, entre as condições de habilitação e qualificação exigidas para ingresso no curso.

A entrega do presente contrato será acompanhada e firmada por ambos os lados nos CONTEINERES, com antecedência de cinco dias antes da entrega física do conteúdo geral, dentro e de conformidade ao exemplo anexado, durante OBTENÇÃO DE MATERIAL.

Em conformidade com o disposto no artigo 10º da Lei nº 9.527/97, esta
certidão é fornecida CONJUNTAMENTE com o processo em referência.

[illegible]

San Diego Business Information - 17 - Center - (619) 594-2100 - Company - Enter
Site www.saninfo.com in box 1

[illegible]



Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: 4b12db4-e949-4019-8c73-e7d02f19229

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

一、應請將本會所屬各分會，分別改組為「臺灣省教育會」、「臺灣省教育會」、「臺灣省教育會」等，以資統一，並請將本會所屬各分會，分別改組為「臺灣省教育會」、「臺灣省教育會」、「臺灣省教育會」等，以資統一。

[illegible][illegible]

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
CHICAGO, ILLINOIS

一、**政治方面**：(一) 國民政府之成立，(二) 國民政府之組織，(三) 國民政府之權限，(四) 國民政府之地位，(五) 國民政府之責任，(六) 國民政府之監督，(七) 國民政府之報告，(八) 國民政府之彈劾，(九) 國民政府之罷免，(十) 國民政府之解散。

2025 RELEASE UNDER E.O. 14176

[illegible]

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL - ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific information required.



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

Geology

MUNICIPIO



Sankhya
18 de Maio de 2019
18-AGO-107-113

Gongogi

Diário Oficial do
MUNICÍPIO



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Gongogi-BA
Secretaria de Administração e Contratos
CNPJ: 14.225.145/0001-05



Respeitosamente, após rito legal, este edital garante à Administração do Estado o direito de contratar diretamente o fornecimento de bens e serviços de qualquer natureza para o Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO RESCISÓRIO CONTRATUAL

A presente cláusula, parte do contrato, estabelece a rescisão, com as consequências contratuais e penais, no caso de rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO
Rescindido o contrato de Administração, prevalece nos arts. 17 e 20 da Lei Federal nº. 8.666/93, e a Comissão poderá ser rescindida ainda:

I - pela inadimplência de uma das partes no prazo de 30 dias, contado da data da notificação por escrito de uma das partes ao outro, com a devida comprovação;

II - por superveniente de causas que impeçam o normal cumprimento e o prosseguimento da execução;

Respeito ao caso, a parte poderá, também, estar sujeita ao pagamento de multa, conforme os termos do Edital e do contrato, e as partes deverão observar as regras previstas na legislação contratual aplicável ao caso, bem como a legislação em vigor no momento da rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - GARANTIAS

A comissão garante todos os seus serviços realizados, bem como a sua responsabilidade por danos ou prejuízos causados pela execução do contrato, e a multa de rescisão contratual será imediatamente e sem juros para a comissão.

CLÁUSULA QUINTA - COBRANÇA FISCAL

As obrigações fiscais da Comissão serão cobradas, inclusive de processo de execução, mediante este Edital, sendo a Comissão responsável por todas as obrigações fiscais, inclusive de processo de execução, inclusive de processo de execução.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do presente Edital, em duas, no Diário Oficial Municipal, conforme determinação do art. 17, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comissão de CONTRATANTE, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

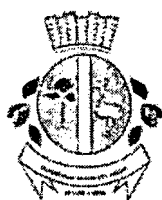
Rua Dom Eduardo Henrique, nº 11 - Centro - CEP: 45.500-000 - Gongogi - Bahia
Site: www.gongogi.ba.gov.br

CERTIFICADO DIGITAL 224F8F92C444E12F73W

Site: <https://e-icm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-ec7d02ff9229



Plus d'infos : www.conseilbancaire.org



CÂMARA MUNICIPAL DE BUERAREMA
ESTADO DA BAHIA
Poder Legislativo
Gabinete da Presidência

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017

Contrato de prestação de serviços técnicos especializados para atender a demanda de assistência jurídica nas áreas de administração pública, que celebram a Câmara Municipal de Buerarema e Húryck Simões Advogados Associados, na forma abaixo.

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE BUERAREMA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.420.457/0001-95, com sede na Av. Góes Calmon, nº 659, Centro, Buerarema - Bahia, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. RENAN GOMES OLIVEIRA, RG: 518773690 SSP/BA, CPF: 583.260.815-15, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADO:

HURYCK SIMÕES ADVOGADOS ASSOCIADOS, neste ato representado por HÚRYCK MARINHO SIMÕES, inscrita no CPF sob o nº 960402205-97, brasileiro, casado, advogado, com escritório à Av. Princesa Isabel, 395, Banco Raso, Edif. Itabuna Trade Center, Sala 203, Itabuna - Bahia, profissional inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, sob o nº 45.194 BA.

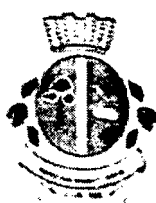
CLÁUSULAS:

PRIMEIRA — DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços para atender a demanda de assistência jurídica nas áreas de administração pública, assessoria parlamentar;

PARÁGRAFO ÚNICO: Baseia-se o presente contrato e justificativa por inexigibilidade de

Avenida Góes Calmon, 659 - Centro - BUERAREMA-BA / CEP: 45.616-000 - www.camara.buerarema.ba.io.org.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BUERAREMA
ESTADO DA BAHIA
Poder Legislativo
Gabinete da Presidência

licitação nº 015/2013, lastrado no art. 13 c/c com o art.25, inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

SEGUNDA — DO REGIME E PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços dar-se-á de forma permanente no curso de vigência do contrato, conforme solicitação da Contratante e mediante disponibilização desta das informações necessárias a prestação dos serviços.

A CONTRATADA disponibilizará o número do seu fac-símile, telefone e/ou endereço eletrônico para consultas. Compromete-se, ainda, realizar uma visita mensal à CONTRATANTE, com o fito de proceder análise e acompanhamento dos serviços contratados.

TERCEIRA — DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor dos serviços é de R\$ 5.500,00 (cinco mil e oitocentos reais), por mês pagos contra apresentação de nota fiscal até o quinto dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, totalizando um valor global de R\$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).

Parágrafo único. São de responsabilidade da CONTRATANTE as despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem dos técnicos da CONTRATADA.

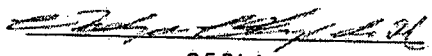
QUARTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria e específica da Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2017:

Unidade Gestora	Fonte	Projeto/Atividade	Elemento de despesa
01.01	00	2.002	33903900000



UNIVERSIDADE GAMA FILHO
Central de Cursos de Extensão e Pós - Graduação "Laio Sensu" - CEPLA
Registro nº 27133 - ARO / CEPAC
Cv.: P-33
Rio de Janeiro, 7 de outubro de 2010.


CEPLA



0 7 1 1 0 3 1 0 3

➤ A Universidade Gama Filho é reconhecida pelo Decreto Federal Nº 70.330, de 24 de março de 1972, e goza de autonomia Universitária que a credencia a realizar Cursos de Pós-Graduação e expedir certificados.
Os cursos de pós-graduação da Universidade Gama Filho estão de acordo com a resolução do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior, Resolução CNE/CES Nº 1, de 8 de junho de 2007.

27133



CEPLA

Central de Cursos de Extensão e Pós-Graduação Lato Sensu

Histórico Escolar

Nome: RAFAEL FREIRE FERREIRA
Filiação: TANIA MARIA FREIRE FERREIRA
JOSÉ CARLOS COELHO FERREIRA
Naturalidade: ITABUNA/BA
Data de Nascimento: 04/10/1983
Curso: Pós-Graduação em DIREITO PÚBLICO MATERIAL
Período: 02 de Fevereiro de 2009 a 12 de Fevereiro de 2010

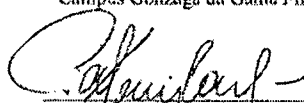
Disciplinas	C/H	Grau
Direito Administrativo Celso Spitzcovsky – Mestre em Direito	80	10
Direito Constitucional Cassio Juvenal Faria – Graduado em Direito	80	10
Direito Tributário Fernando Ferreira Castellani – Mestre em Direito	40	10
Direito Penal Cleber Rogério Masson – Mestre em Direito	120	9,5
Didática do Ensino Superior Fátima Verol Rocha – Especialista em Educação	60	8,0
Metodologia da Pesquisa Tanos Celmar Costa França – Doutor em Química	60	9,0
Carga Horária Total	440	

Artigo Científico: AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Grau: 9,0

Os cursos de Pós-Graduação da Universidade Gama Filho estão de acordo com a Resolução CNE/CES Nº 01, de 08 de junho de 2007. A Universidade Gama Filho é reconhecida pelo Decreto Federal Nº 70.330, de 24 de março de 1972.

Campus Gonzaga da Gama Filho, 28 de setembro de 2010.


Prof. Patricia Cardoso
Coordenação Geral
CEPLA





CERTIFICADO

A FAMEESP - Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, Instituição de Ensino Superior credenciada pela Portaria MEC nº 1.956, de 07 de novembro de 2019, certifica para os devidos fins que,

RAFAEL FREIRE FERREIRA

portador(a) do RG 0681596686 SSP/BA, concluiu o Curso de Especialização em "Ciência de Dados e Big Data Analytics" - Pós-Graduação "Lato-Sensu", de acordo com a Resolução CNE/CES Nº. 1 de 06 de Abril de 2018, com duração de 600 horas.

Ribeirão Preto, 28 de junho de 2021

Antonio Marcos Neves Esteca
Secretário Acadêmico

Elder Borges da Silva
Diretor Geral



Curso de Especialização em "Ciência de Dados e Big Data Analytics"

		Histórico Escolar			
Disciplinas	CH	Nota	Professor	Titulação	
Introdução a Ciência de Dados	50 Horas	8.0	Livia Castro Degrossi	Doutora	
Big Data: Uma Visão Geral	50 Horas	8.0	Antonio Marcos Neves Esteca	Mestre	
Análise de Dados	50 Horas	10.0	Juliana Leonardo de Oliveira Bergamini	Mestra	
Descoberta de Conhecimento	50 Horas	10.0	Claudio Romualdo Borges	Doutor	
Tecnologia para Big Data	50 Horas	10.0	Taisa Ferreira Dias	Especialista	
Frameworks para Big Data I	50 Horas	10.0	Andre Ricardo Machi	Doutor	
Frameworks para Big Data II	50 Horas	10.0	Livia Castro Degrossi	Doutora	
Frameworks para Big Data III	50 Horas	10.0	Antonio Marcos Neves Esteca	Mestre	
Bancos de Dados Não Relacionais	50 Horas	10.0	Juliana Leonardo de Oliveira Bergamini	Mestra	
Big Data e IoT	50 Horas	10.0	Claudio Romualdo Borges	Doutor	
Ética e Legislação	50 Horas	10.0	Taisa Ferreira Dias	Especialista	
Tópicos Especiais	50 Horas	10.0	Andre Ricardo Machi	Doutor	
Carga Horária Total	600 Horas				

Declaramos que a FAMEESP cumpriu todas as disposições da presente resolução CNE/CES nº, 1, de 06 de Abril de 2018. O curso foi realizado no período de 30 de dezembro de 2020 a 28 de junho de 2021



Autenticidade do Certificado:

45cd0d1543e6754f650968c1458a8b87

Para verificar a autenticidade desse certificado acesse: [estudesemfronteiras.com](https://www.estudesemfronteiras.com). Ou utilize o QRCode ao lado.

FAMEESP - Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo credenciada pela Portaria EAD MEC nº 1.956 de 07 de novembro de 2019. Certificado registrado sob nº 99696, no livro 1, página 1983. Por delegação de competência do Ministério da Educação nos termos da resolução CNE/CES nº 1 de 06 de Abril de 2018.

Ribeirão Preto - SP, 28 de junho de 2021



Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna
Diploma

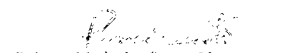
O Diretor Geral da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão em 17 de janeiro de 2009,
do Curso de Direito, confere o título de

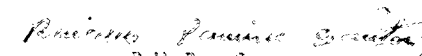
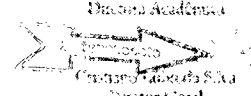
Bacharel em Direito
a
Rafael Freire Ferreira

brasileiro, natural do Estado da Bahia, nascido a 04 de outubro de 1983,
filho de José Carlos Coelho Ferreira e Tânia Maria Freire Ferreira
e outorga-lhe o presente Diploma
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Itabuna, 26 de janeiro de 2009.


Roberto Mota dos Santos
RG 1.68159-6 RG-SSP-BA


Roberto Mota dos Santos N.º 00000000
Secretaria Acadêmica


Raimundo Pereira Santos
Direção Acadêmica

Cristiano Augusto S. S. A.
Diretor Geral



CURSO DE DIREITO
Reconhecida através da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, Publicada no DOU (Diário Oficial da União) em 13 de dezembro de 2007.

CURSO DE DIREITO
Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 653 de 07 de Maio de 2009, Publicada no DOU (Diário Oficial da União) em 08 de Maio de 2009

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DA BAHIA

Registrado às fls. 404 do livro próprio nº 47
Em 15 de fevereiro de 2024

[Assinatura]

Por delegação de competência do Ministério da Educação
(Res. CNE/CES nº 12, de 13.12.2007)

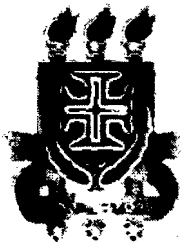
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
REITORIA
Diploma registrado em 13/04/01 às(s) 195
No livro de registro nº 01 da Universidade Estadual
de Santa Cruz, registro nº 390
Bairro-BA 13/04/2009

[Assinatura]
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ-UESC
Antônio Joaquim Bastos da Silva
Reitor

[Assinatura]
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ-UESC
Cândida Maria da Silva
Secretaria de Registro



Nº 008269



UESC

Universidade Estadual de Santa Cruz

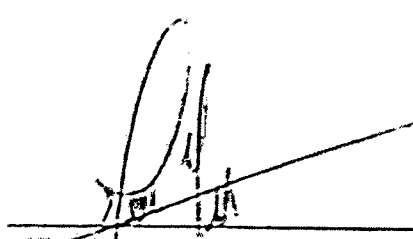
O Reitor da Universidade Estadual de Santa Cruz, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Administração, em 21 de julho de 2021, e a colação de grau em 15 de setembro de 2021, confere o título de

Bacharel em Administração a

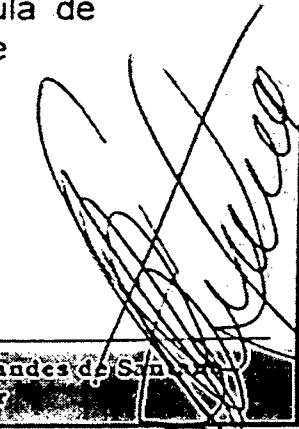
Rafael Freire Ferreira

brasileiro, natural de Itabuna/BA, nascido a 4 de outubro de 1983, portador da Cédula de Identidade 681596686 SSP/BA, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Ilhéus-BA, 4 de outubro de 2021.


Prof. Amarildo José Moretti
Coordenador do Colegiado


Diplomado


Prof. Alessandro Fernandes de Santana
Reitor

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Mantenedora – Universidade Estadual de Santa Cruz

CNPJ – 40.758.999/0001-95

Recredenciada pelo Decreto nº 19.783 de 26/06/2020, publicado do D.O. Estado da Bahia em 27/06/2020.

Curso ADMINISTRAÇÃO

Renovação Reconhecimento Decreto 16.510 de 28/12/2015, publicado no D.O. Estado da Bahia em 29/12/2015

Diploma Registrado em 4/10/2021, fls. nº 485, no livro de registro nº 07, da Universidade Estadual de Santa Cruz, registro nº 11.122.

Ilhéus-BA, 4 de outubro de 2021.

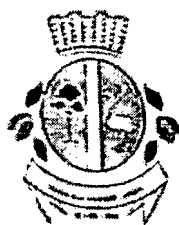
Reitor


Dine Ferreira dos Anjos
Secretária de Registro de Diplomas
Cnd.: 72.275.600-5



Digitalizado com CamScanner

Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-ec7402ff9229



CÂMARA MUNICIPAL DE BUERAREMA
ESTADO DA BAHIA
Poder Legislativo
Gabinete da Presidência

QUINTA — DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO

As partes reservam-se o direito de rescindir mediante aviso prévio por escrito, este contrato, pela inexecução de quaisquer das obrigações aqui assumidas, e ainda, pelos permissivos do Art. 78 da Lei 8.666/93. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em operar a rescisão administrativa deste pacto, na forma da Lei nº 8.666/93, art. 77.

SEXTA — DA VIGÊNCIA

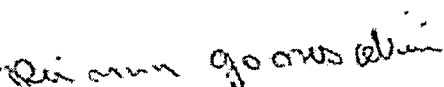
A vigência do presente contrato é de 05 de janeiro de 2017, e termo final em 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado a critério das partes, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

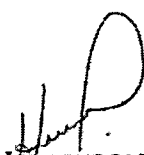
SÉTIMA — DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Buerarema - BA para dirimir qualquer demanda decorrente do presente contrato.

Por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes o presente Termo de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de duas testemunhas.

Buerarema, 05 de janeiro de 2017.


RENAN GOMES OLIVEIRA
Presidente - Contratante


HURYCK SIMÕES ADVOGADOS ASSOCIADOS
Contratado

Testemunhas:

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF:

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSSARI
Estado da Bahia

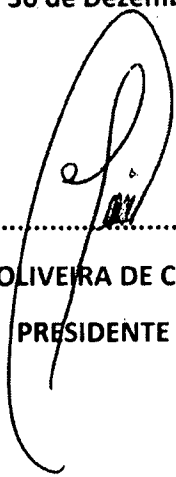


Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-ec7d02ff9229

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que Sr. **HURYCK MARINHO SIMÕES**, residente na Av. Princesa Isabel, nº. 395 2º Andar, Sala 203 Edif. Itabuna Trade Center, bairro São Caetano, Cidade Itabuna, Estado Bahia, inscrita no CPF/MF sob o nº. 960402205-97 exerceu a função de Procurador Jurídico desta Casa no bimestre 2015 – 2016, exaurando pareceres técnicos especializados em Direito Administrativo, como parecer em Projetos de Leis, licitação e defesa em prestação de contas anual. Declaro que não há fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos/serviços e quanto a liberação da garantia contratual junto à instituição até a presente data.

Jussari-Ba, 30 de Dezembro de 2017


.....
GIDEON OLIVEIRA DE CARVALHO
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE GONGOPI
Estado da Bahia



Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://e-icm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-e7d02ff9229

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que Sr. **HURYCK MARINHO SIMÕES**, residente na Av. Princesa Isabel, nº. 395 2º Andar, Sala 203 Edf. Itabuna Trade Center, bairro São Caetano, Cidade Itabuna, Estado Bahia, inscrita no CPF/MF sob o nº. 960402205-97 exerceu a função de Procurador Jurídico desta Casa no bimestre 2015 – 2016, exaurando pareceres técnicos especializados em Direito Administrativo, como parecer em Projetos de Leis, licitação e defesa em prestação de contas anual. Declaro que não há fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos/serviços e quanto a liberação da garantia contratual junto à instituição até a presente data.

Gongogi-Ba, 30 de Dezembro de 2017

ADRIANO MENDONÇA PINHEIRO

PRESIDENTE

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 39.585.759/0001-19
Razão Social: HURYCK SIMOES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Endereço: AV JOEL VASCONCELOS 384 / CENTRO / GONGOGI / BA / 45540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/03/2024 a 15/04/2024

Certificação Número: 2024031702080906915639

Informação obtida em 20/03/2024 09:17:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Prefeitura Municipal de Gongogi
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RUA DOM EDUARDO HERBEROLD, 17
CENTRO - GONGOGI - BA CEP: 45540-000
CNPJ: 14.235.048/0001-93



Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://e-icm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-ec7d02ff9229

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITOS DE NEGATIVA

Número: 000041/2024.E

Nome/Razão Social: **HURICK SIMOES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

Nome Fantasia:

Inscrição Municipal: **305**

CPF/CNPJ: **39.585.759/0001-19**

Endereço: **AVN JOEL VASCONCELOS, 384**

CENTRO GONGOGI - BA CEP: 45540-000

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO REFERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO SOMENTE DÉBITOS PARCELADOS, RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL DE COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE.

Observação:

Esta certidão foi emitida em 26/03/2024.

Certidão válida até: **25/05/2024**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **9600009501640000006633060000041202403260**



Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:
<https://gongogi.saatri.com.br>, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Impresso em 05/04/2024 às 14:22:37



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: HURYCK SIMOES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 39.585.759/0001-19

Certidão nº: 58215842/2023

Expedição: 20/10/2023, às 09:15:35

Validade: 17/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **HURYCK SIMOES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **39.585.759/0001-19**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20241263025

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	39.585.759/0001-19

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 20/03/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-ec7d02ff9229

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00424850E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuição de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores à data de 05/04/2024, verifiquei **NADA CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: HURYCK SIMOES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 39.585.759/0001-19
Endereço: AV JOEL VASCONCELOS, 384, CENTRO, GONGOGI-BA, 45.540-000

Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Em caso de inconformidade entrar com contato com o SEDEC através do e-mail sedec@tjba.jus.br.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade da RAZÃO SOCIAL com o CNPJ. Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certidão emitida de acordo com a lei nº 11.971, de 06/07/2009 e com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. A pessoa prejudicada pela disponibilização de informação na rede mundial de computadores poderá solicitar a retificação ao órgão jurisdicional responsável.

Certifico, finalmente, que esta certidão é sem custas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessário a emissão de uma nova certidão.

Salvador, sexta-feira, 5 de abril de 2024



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-ec7d02ff9229



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: HURYCK SIMOES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 39.585.759/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:01:57 do dia 21/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/08/2024.

Código de controle da certidão: **304D.A74C.0010.C1CF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





20/11/2020

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 39.585.759/0001-19 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/09/2020
NOME EMPRESARIAL HURYCK SIMOES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 232-1 - Sociedade Unipessoal de Advocacia		
LOGRADOURO AV JOEL VASCONCELOS	NÚMERO 384	COMPLEMENTO *****
CEP 45.540-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO GONGOGI
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO HURYCK@HOTMAIL.COM	TELEFONE (73) 8845-7345	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/09/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/11/2020 às 11:38:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DA BAHIA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

Nome
HURYCK MARINHO SIMOES

Filiação
**DERMIVAL JOSE SANTOS-SIMOES
CESCY MARINHO DOS SANTOS SIMOES**

Naturalidade
ILHEUS-BA

RG
0864874693 - SSP

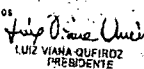
COADJUNTO DE ORGÃO E SECIDOR
NÃO DECLARADO

DATA DE NASCIMENTO
13/04/1981

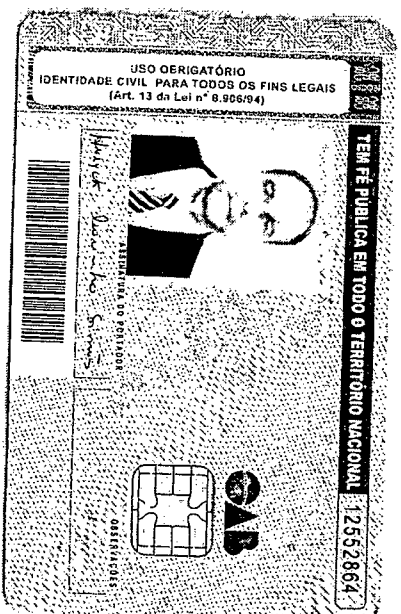
CPF
988.402.205-87

VIA
04/06/2015

EXPERIÊNCIA EM
04/06/2015


LUÍZ VIANA QUEIROZ
PRESIDENTE

45194





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DA BAHIA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

ADVOGADO
RAFAEL FREIRE FERREIRA

FIQUEIRO
JOSE CARLOS COELHO FERREIRA
TANIA MARIA FREIRE FERREIRA

NACIONALIDADE
ITABUNA-BA

DATA DE NASCIMENTO
04/10/1983

CPF
013.378.355-83

RG
06845966864 SSP-BA

DATA DE REGISTRO
01/25/06/2010

ASSINATURA
SAUL VENANCIO DE OLIVEIRA FILHO
PRESIDENTE

DECLARACAO
NAO DECLARADO

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL 09088930

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(AT 13 de Maio de 1990/94)

ASSINATURA DO DETENTADOR
Rafael Freire Ferreira

OBSERVAÇÕES

BARCODE



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

EXAME DE ORDEM
CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado da Bahia, tendo em vista o resultado obtido nas provas realizadas nos dias 13 de setembro e 25 de outubro de 2009, relativas ao Exame de Ordem 02/2009, resolve conferir ao(a) Bacharel(a) **RAFAEL FREIRE FERREIRA**, filho(a) de JOSÉ CARLOS COELHO FERREIRA e de TANIA MARIA FREIRE FERREIRA, nascido(a) a 04 de outubro de 1983, o presente **CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**, nos termos do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

Salvador, 09 de dezembro de 2009


Saul Quadros Filho
Presidente da OAB/BA




Maria Bellas Câmara Bittencourt
Presidente da Comissão de Exatão e Exame de Ordem



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

MONTEIRO E BULHÕES SOCIEDADE DE ADVOGADOS, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ de nº 32.420.315/0001-84, com sede à Rua Governador Gonçalves, 163, Centro, Valença-BA, atesta para os devidos fins que o Mestre **RAFAEL FREIRE FERREIRA**, CPF nº 01137835583, Advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 30337, participou na condição de palestrante/consultor jurídico em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Valença, e permanece na condição de colaborador da prestação de serviços que este escritório realiza no Município de Valença, voltados à revisão, atualização e complementação da Lei Orgânica do Município, considerando-se seu notório saber jurídico em Direito Administrativo, em especial, no que tange às peculiaridades que permeiam a atualização das Leis Orgânicas Municipais.

Valença, 20 de setembro de 2022

~~MONTEIRO E BULHÕES SOCIEDADE DE ADVOGADOS~~

~~CNPJ de nº 32.420.315/0001-84~~

**RUA GOVERNADOR GONÇALVES, 163, CENTRO, VALENÇA-BA,
CEP 45400-000.**



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Universidade Federal da Bahia



Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://e-icm.ba.gov.br/epv/validaDoc-sem-Código-do-documento:4bd12db4-e949-4019-8c73-ec7d02ff9229>

Certificado de Apostilamento

Certificamos que o diploma de Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas emitido pela Universidade Autónoma de Lisboa - Portugal, em nome de Rafael Freire Ferreira, foi reconhecido por decisão do Conselho Acadêmico de Ensino, parecer e voto n.º 218, aprovado em sessão de 06/06/2018, como correspondente ao título de Mestre em Direito.

Ministério da Educação
Universidade Federal da Bahia

Registro efetuado nos termos da Lei Nº 9.394/96 de 20/12/1996 - Artigo 48 - parágrafo 1º
Número: 3274. Livro: 37-D, folha 41, Proc. Nº: 23066.012994/2017-02

Salvador, 19 de novembro de 2018

Lícia Maria dos Santos de Jesus
Chefe do Núcleo de Expedição de Diplomas e Certificados

Maria Celeste Reis de Melo
Coordenadora de Atendimento e Registros Estudantis

Salvador, 19 de novembro de 2018

Paulo Cesar Miguel de Oliveira
Vice-Reitor no exercício do cargo de Reitor



SUPAC
Superintendência de Administração
Acadêmica - UFBA

Este certificado tem validade somente com o Brasão da Universidade Federal da Bahia e o logotipo da SUPAC, acompanhado do respectivo diploma original.



UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



DIPLOMA

Eu, José Manuel Amado da Silva, Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, certifico, de harmonia com os respetivos registos arquivados nesta Secretaria, que Rafael Freire Ferreira, filho de José Carlos Coelho Ferreira e de Tânia Maria Freire Ferreira, portador do passaporte n.º FI 107303, nascido a 04 de outubro de 1983, no Brasil, obteve o **GRAU DE MESTRE EM DIREITO**, na especialidade de **CIÊNCIAS JURÍDICAS**. O curso está de acordo com os termos dos artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, e através do despacho do director-geral do Ensino Superior n.º 130679/2006 (2.ª série), de 12 de junho de 2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de junho de 2006, e rectificação n.º 1169/2006, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 137, de 18 de julho, foi registada, com o n.º R/B-AD-555/2006, a adequação do curso de mestrado em Direito, e corresponde a 120 (cento e vinte) ECTS (European Credit Transfer System).

Realizou provas públicas para discussão da dissertação, com o tema *Desafios em Sede de Tutela da Personalidade: a Autodeterminação Informativa e a Privacidade na Sociedade da Informação*, em 12 de outubro de 2016, sendo aprovado por unanimidade, com a classificação final de 14 (catorze) valores, e a qualificação de **Bom**.

A presente certidão vai por mim assinada e autenticada com o selo branco, em uso nesta Universidade.

Universidade Autónoma de Lisboa, 12 de outubro de 2016.

(Prof. Doutor José Guilherme Victorino)
Diretor da C.E.U com o pelouro da Administração Escolar

(Prof. Doutor José Manuel Amado da Silva)
Reitor
Universidade Autónoma de Lisboa

Número: 20140185.

Proc./Conf.:



Certificado



A Universidade Gama Filho, de acordo com o Regimento Geral, certifica que

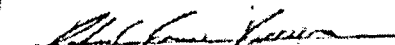
RAFAEL FREIRE FERREIRA

Filiação, TANIA MARIA FREIRE FERREIRA e JOSÉ CARLOS COELHO FERREIRA, natural de ITABUNA - BA, concluiu o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em DIREITO PÚBLICO MATERIAL, com um total de 440 horas/aula, realizado no período de 2 de fevereiro de 2009 a 12 de fevereiro de 2010, nos termos da Resolução CES nº 01/07, de 8 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação.

Campus Gonzaga da Gama Filho, 7 de outubro de 2010.


Coordenador de Pós-Graduação
e Atividades Complementares - CEPAC


Reitor


CONCLUYENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

PARECER JURÍDICO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº002/2024

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2024. É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DO DIREITO PÚBLICO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, VISANDO A REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO, DE ACORDO AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE Nº002/2024, e nos termos da lei 14.133/21.

EM ATENDIMENTO A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO. ANÁLISE MINUTA CONTRATUAL. REQUISITOS MÍNIMOS ATENDIDOS. POSSIBILIDADE.

ASSUNTO: POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MEDIANTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E ANÁLISE DE MINUTA CONTRATUAL.

1.RELATÓRIO.

Trata-se de solicitação de parecer referente à possibilidade de realização de contratação direta por dispensa de licitação e análise da minuta contratual, tendo como **Objeto:** Prestação de serviços jurídicos especializados na área do direito público, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica visando a revisão, atualização e reestruturação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, de acordo as condições e especificações constantes no processo de INEXIGIBILIDADE DE Nº002/2024, e nos termos da lei 14.133/21.

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

2.ANÁLISE JURÍDICA.É o relatório.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

O procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, em se tratando das contratações feitas pelo Ente Público, deve-se observar a impessoalidade, a eficiência, a publicidade, a moralidade e a legalidade, de forma a se realizar qualquer contratação em vista de se despendar o erário público da forma mais eficiente e que melhor atenda o interesse público, o que se consubstancia no alcance da proposta mais vantajosa.

Em regra, a Constituição Federal determinou no art. 37, inciso XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação, como se pode extrair da transcrição da redação do dispositivo ora citado:

Art. 37. (...)





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos, conforme o estipulado nos termos do Art.74, inciso III, da mesma Lei de Licitações.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de (...)

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

Ao analisar a documentação encaminha pela empresa **HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, verifica-se que a empresa supracitada, comprova notória especialização e expertise na área do objeto em questão.

Outrossim, há a exigência de documentos a serem apresentados para a realização de contratações diretas, conforme determina o Art. 72 da Lei 14.133/2021. Assim vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Vê-se, assim, que a Câmara Municipal verificou e comprovou que o valor apresentado pela empresa para a prestação dos serviços solicitados, são considerando constantes e compatíveis com os praticados no mercado e as quantidades a serem contratadas, em consonância com o Art. 23 da Lei 14.133/21. Demonstrou, também, que a empresa contratada preenche os requisitos de habilitação.

Além disso, vislumbra-se do restante da documentação colacionada, que foram apresentados todos os documentos necessários. Respeitando-se, assim, o que a lei estabelece para a legalidade das contratações diretas.

No que tange à minuta do contrato e sua concordância com as imposições do Art. 92 da Lei 14.133/2021, observa-se a obrigatoriedade da abordagem das seguintes cláusulas:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I- o objeto e seus elementos característicos;

II a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data- base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento.

VII os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

VIII o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX a matriz de risco, quando for o caso;

X o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX os casos de extinção.

Por fim, da análise da minuta do contrato vinculado ao instrumento convocatório entende-se que os requisitos mínimos do Art. 92 da Lei licitações foram atendidos, havendo o atendimento aos preceitos legais, bem como a observância das minúcias necessárias a adequada prestação do serviço, conforme demanda da administração pública, dentro das especificações contidas no edital.

Feitas estas premissas, infere-se que o procedimento para realização da licitação, até o presente momento, encontra-se em conformidade com os parâmetros legais, não havendo obstáculos jurídicos à sua abertura.

Desta feita, entendemos que o procedimento atendeu as exigências previstas na legislação atinente.

3.CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Assessoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica entende pela possibilidade da dispensa de licitação e aprovação da minuta do contrato, pelo que se conclui e se opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento, estando cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade da presente Dispensa de Licitação, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

É o Parecer. SMJ.

Barro Preto, 05 de abril de 2024.

JOÃO PAULO NASCIMENTO DOS SANTOS
OAB/BA - nº 50.224





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

INEXIBILIDADE DE Nº002/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2024.

OBJETO:	Prestação de serviços jurídicos especializados na área do direito público, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica visando a revisão, atualização e reestruturação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, de acordo as condições e especificações constantes no processo de INEXEGIBILIDADE DE Nº002/2024, e nos termos da lei 14.133/21
VALOR GLOBAL:	R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais)
DATA:	05 de abril de 2024

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

RAZÃO SOCIAL: HURYCK SIMOES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 39.585.759/0001-19
END: AV JOEL VASCONCELOS 384-CENTRO-GONGOGI-BA

UNIDADE SOLICITANTE: CAMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO.

JUSTIFICATIVA

Considerando os princípios da legalidade, planejamento, celeridade, transparência, economicidade, razoabilidade e do interesse público, no que diz respeito a necessidade da contratação de serviços jurídicos especializados na área pública, com um corpo jurídico especializado na área do direito público (gestão pública legislativa), para a prestação dos serviços de assessoria e suporte técnico-jurídico para a execução dos serviços de revisão e atualização do texto da Lei Orgânica e a revisão e atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal.

RAZÕES DA ESCOLHA DO PRESTADOR DE SERVIÇO

A escolha da empresa HURYCK SIMOES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, deu-se devido ao cumprimento pela empresa dos requisitos estipulados no do Termo de Referência para a contratação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74, INCISO III DA LEI 14.133/2021.

"É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial nos casos de:"

(...)

III- Para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
CAMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO	2.005	3.3.90.39/3.3.90.35	150000

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Valda de Jesus M. dos Santos

VALDA DE JESUS M. DOS SANTOS
AGENTE DE CONTRATAÇÃO.





CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO



Documento Assinado Digitalmente por: NEMILTON DOS SANTOS FILHO - 27/05/2024 09:33:30
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 4bd12db4-e949-4019-8c73-e7d02ff9229

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.
INEXIGIBILIDADE DE Nº002/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº012/2024.**

A CAMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO, ESTDAO DA BAHIA, pessoa jurídica do direto público, cadastrada no Ministério da Fazenda com o CNPJ de nº15.028.871/0001-90, com sede administrativa localizada na Rua Deputado Paulo Nunes-61-Centro-Barro Preto-atraves do seu representante legal o senhor Presidente, que no âmbito legal de suas atribuições, e diante do parecer prévio à Inexigibilidade de Licitação emitido pelo Jurídico, bem como a decisão da Comissão de Contratação,

Resolve,

RATIFICAR e HOMOLOGAR, o presente termo para que surtam seus efeitos legais em face do **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024**, oriundo do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº012/2024**, cuja favorecida é a empresa **HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de Direto Privado, inscrita com o CNPJ de nº39.585.759/0001-19, tendo por **OBJETO**: Prestação de serviços jurídicos especializados na área do direito público, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica visando a revisão, atualização e reestruturação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, de acordo as condições e especificações constantes no processo de INEXIGIBILIDADE DE Nº002/2024, e nos termos da lei 14.133/21. **NO VALOR GLOBAL** de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais). **DATA DE ASSINATURA**: 05 de abril de 2024. **VIGENCIA**: 90(noventa) dias.

Barro Preto, 05 de abril de 2024.

Nemilton dos Santos Filho
Presidente da Câmara Municipal

NEMILTON DOS SANTOS FILHO.
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO
ESTADO DA BAHIA

PLENÁRIO EDSON CLEMENTINO

EXTRATO-TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.
INEXIGIBILIDADE DE Nº002/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº012/2024.

A CAMARA MUNICIPAL DE BARRO PRETO, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica do direito público, cadastrada no Ministério da Fazenda com o CNPJ de nº15.028.871/0001-90, com sede administrativa localizada na Rua Deputado Paulo Nunes-61-Centro-Barro Preto-atraves do seu representante legal o senhor Presidente, que no âmbito legal de suas atribuições, e diante do parecer prévio à Inexigibilidade de Licitação emitido pelo Jurídico, bem como a decisão da Comissão de Contratação, Resolve, **RATIFICAR e HOMOLOGAR**, o presente termo para que surtam seus efeitos legais em face do **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024**, oriundo do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº012/2024**, cuja favorecida é a empresa **HURYCK SIMÕES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita com o CNPJ de nº39.585.759/0001-19, tendo por **OBJETO**: Prestação de serviços jurídicos especializados na área do direito público, para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica visando a revisão, atualização e reestruturação do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barro Preto, de acordo as condições e especificações constantes no processo de INEXIGIBILIDADE DE Nº002/2024, e nos termos da lei 14.133/21. **NO VALOR GLOBAL** de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais). **DATA DE ASSINATURA**: 05 de abril de 2024. **VIGENCIA**: 90 (noventa) dias. Barro Preto, 05 de abril de 2024. Nemilton dos Santos Filho. Presidente da Câmara Municipal. Valda de Jesus M. dos Santos. Agente de Contratação.

Rua Deputado Paulo Nunes, nº 61 - Centro - Fone/Fax: (73) 3249-1133 - CNPJ nº 15.028.871/0001-90
BARRO PRETO - BAHIA CEP: 45.625-000 E-mail: www.camarabarropreto.ba.gov.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: MTA2MJZFOEE3RKY2MZRDQK

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.